

# Encontro de Filiados ANALISTAS do Sitraemg

**Plano de Cargos e Salários: Abordagens diversas para a construção de proposta e modelo de remuneração**

por João Victor Albuquerque  
[joaovictoralbuquerque@gmail.com](mailto:joaovictoralbuquerque@gmail.com)

# Contexto Político de 2019/2022

- Teto de Gastos Públicos (EC 95/2016)
- Redução Drástica de Concursos Públicos e Congelamento Salarial
- Reforma da Previdência (EC 103/2019)
- PL 6204/2019: Desjudicialização da Execução
- PEC de Extinção da Justiça do Trabalho
- LC 173/20 (alterou dispositivos da LRF)
- PEC Emergencial (EC 109/2021): tentativa de reduzir o salário/jornada do servidor público em até 25%
- Reforma Administrativa (PEC 32/2020): fim da estabilidade para cargos não típicos de Estado / extinção do cargo por obsolescência/ terceirização do serviço público

# Cenário Atual (a partir de 2023)

- Novo Regime Fiscal (LC 200/2023)
- Conflito Orçamentário Interno: Servidores x Juízes
- Reforma Administrativa do Governo Federal x PEC 32/2020
- Competência da Justiça do Trabalho ameaçada pelas decisões do STF
- Luta por Reajuste / Criação de Mesas de Negociação Setoriais
- Direito de Greve Ameaçado (Tema 531 - 27/10/2016)
- ADI 2135

# Cenário Atual (a partir de 2023)

## DIREITO DE GREVE DO SERVIDOR PÚBLICO

Tema 531 / Tese:

A administração pública deve proceder ao desconto dos dias de paralisação decorrentes do exercício do direito de greve pelos servidores públicos, em virtude da suspensão do vínculo funcional que dela decorre, permitida a compensação em caso de acordo. O desconto será, contudo, incabível se ficar demonstrado que a greve foi provocada por conduta ilícita do Poder Público (ex. atraso no pagamento de salários) - Parecer AGU GMF nº 02/2016)

# Cenário Atual (a partir de 2023)

## ADI 2135 (decisão de 06/11/2024)

O STF declarou constitucional dispositivo da Reforma Administrativa de 1998 (Emenda Constitucional 19/1998), permitindo que os entes federativos contratem servidores pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), sem a obrigação de que as relações de trabalho sejam regidas pela Lei nº 8.112/90 (União).

Por maioria, não houve irregularidades no processo legislativo. O texto foi aprovado em dois turnos por  $\frac{3}{5}$  dos votos dos parlamentares na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, conforme exige a Constituição Federal. O entendimento é que o texto foi aprovado em segundo turno na Câmara, mas apenas em ordem diferente da redação em primeiro turno, o que configurou apenas um deslocamento do dispositivo.

### Efeitos

**A decisão só valerá para futuras contratações, sem a possibilidade de mudança de regime dos atuais servidores.** A liminar anteriormente deferida, que havia suspenso a alteração, foi revogada.

# Novo Regime Fiscal

**Emenda do Teto de Gastos:** despesa só pode crescer a inflação de um ano para o outro

**Arcabouço Fiscal:** despesa pode crescer a inflação + 70% do crescimento da Receita Primária (no limite de 2,5%) de um ano para o outro, desde que cumprida a meta fiscal definida pelo governo.

Havendo deficit primário ou redução das despesas discricionárias, a despesa com pessoal só poderá crescer: inflação + 0,6% (a partir de 2027).

# Novo Regime Fiscal

**Meta prevista para 2024 e 2025: DÉFICIT ZERO**

**Tolerância: entre -0,25% do PIB e +0,25% do PIB**

**Meta Fiscal Atingida: IPCA + 70% do crescimento da  
Receita Primária (entre 0,6% e 2,5%)**

**Meta Fiscal não Atingida: IPCA + 50% do crescimento  
da Receita Primária + GATILHOS**

# Novo Regime Fiscal

**META FISCAL NÃO ATINGIDA PELO 1º ANO:**

**Gatilhos - O que não pode:**

- 1- Criar cargos ou funções
- 2- Reestruturação de carreira
- 3- Criar ou aumentar auxílios
- 4- Conceder ou ampliar incentivos tributários

# Novo Regime Fiscal

**META FISCAL NÃO ATINGIDA PELO 2º ANO:**

**Gatilhos - O que não pode:**

- 1- Criar cargos ou funções
- 2- Reestruturação de carreira
- 3- Criar ou aumentar auxílios
- 4- Conceder ou ampliar incentivos tributários
- 5- Conceder reajustes
- 6- Realizar concursos públicos

# Orçamento do PJU

**LIMITE DA PLOA 2025 (Valores Aproximados)**

**Poder Judiciário da União: 59,9 BI**

Justiça do Trabalho: 30,48 BI

Justiça Federal: 17,21 BI

Justiça Eleitoral: 11,29 BI

TJDFT: 4,08 BI

STJ: 2,24 BI

STF: 953,88 MI

Justiça Militar: 803,25 MI

CNJ: 318,96 MI

# Orçamento do PJU

- **D total do orçamento do PJU previsto para 2025 (59,9 BI), 76,9% (46,07 BI) diz respeito a Gasto com Pessoal (Servidores e Juízes) e 8,7% a Gasto com Auxílios**

**Limite Global:** O limite estabelecido pela regra fiscal é global e inclui despesas discricionárias e despesas com pessoal (servidores e juízes), o que estimula a disputa orçamentária dentro do PJU.

# PLOA 2025

Rubricas	DOTAÇÃO ATUALIZADA 2024	PLOA 2025	Variação
	a	b	$c = (b - a) / a$
Pessoal	42.594.654.227	46.078.441.272	8,18%
Assistência Médica e Odontológica	2.670.339.506	2.949.011.275	10,44%
Auxílio-Alimentação	1.859.122.298	1.937.542.200	4,22%
Assistência Pré-escolar	272.535.292	284.042.895	4,22%
Demais benefícios*	60.860.528	57.521.253	-5,49%
Outras Obrigatórias	166.066.635	166.350.435	0,17%
Discricionárias	7.245.872.185	7.147.279.820	-1,36%
Fundo Partidário	1.243.745.396	1.328.764.722	6,84%
<b><u>Sujeitas ao limite</u></b>	<b><u>56.113.196.067</u></b>	<b><u>59.948.953.872</u></b>	<b><u>6,84%</u></b>
Despesas Financeiras	5.280.581.242	5.519.350.787	4,52%
Pleitos Eleitorais	1.448.441.973	221.592.912	-84,70%
<b><u>Não sujeitas ao limite</u></b>	<b><u>6.729.023.215</u></b>	<b><u>5.740.943.699</u></b>	<b><u>-14,68%</u></b>
<b>Total</b>	<b>62.842.219.282</b>	<b>65.689.897.571</b>	<b>4,53%</b>

# Orçamento do PJU

**FARINHA POUCA, MEU PIRÃO PRIMEIRO...**

**TOTAL DE JUÍZES(PJU): 5.401 (3.598 Juízes do Trabalho e 1.803 Juízes Federais)**

**TOTAL DE SERVIDORES: 134.845**

Servidores Ativos: 93.328

- Analistas Judiciários: 37.753

- Técnicos Judiciários: 55.365

- Auxiliares Judiciários: 210

Servidores Aposentados/Pensionistas: 28.773

**O custo de conceder R\$ 1,00 para cada Servidor do PJU tem o mesmo impacto financeiro de reajustar o subsídio do Juiz em R\$ 25,00.**

Fonte: Justiça em Números de 2024

# Orçamento do PJU

## **Vantagens concedidas aos juízes recentemente:**

- Adicional por Tempo de Serviço (ATS) com efeitos retroativos – por decisão administrativa
- Folga compensatória
- Majoração de diárias
- Acúmulo de jurisdição
- Piso de 8% do subsídio dos juízes substitutos para auxílio saúde (Res. 294/2019 do CNJ)

**Em processo de espera:** Licença compensatória retroativa a 2015.

# Reestruturação da Carreira do PJU

**De 1996 a 2016:** A única preocupação do PJU era o limite de despesas de 6% da RCL (Receita Corrente Líquida), sob o ponto de vista orçamentário.

**A partir de 2016, o cenário mudou completamente:**

- Limite mais restrito definido para despesas (EC 95/2016 e LC 200/2023)
- Vedação de reajustes parcelados que ultrapassem o mandato do Presidente da República
- Vedação para aumento de despesa com pessoal nos últimos 180 dias de mandato presidencial

Fonte dos dados: C/JF		REMUNERAÇÃO BRUTA (VB + GAJ)						
Legislação	Data / Parcela	Analista Fim de Carreira	Técnico Fim de Carreira	Auxiliar Fim de Carreira	Analista Início de Carreira	Técnico Início de Carreira	Auxiliar Início de Carreira	Observações
PCS I - Lei nº 9.421 - 1996	janeiro/1997	R\$ 1.924,85	R\$ 1.143,63	R\$ 680,22	R\$ 914,08	R\$ 543,00	R\$ 296,40	- VB + APJ + GAJ; - GAJ chegando a 200%; - Impacto orçamentário não divulgado.
	janeiro/1998	R\$ 2.184,02	R\$ 1.302,59	R\$ 777,34	R\$ 1.051,02	R\$ 626,84	R\$ 358,90	
	janeiro/1999	R\$ 2.356,80	R\$ 1.408,56	R\$ 842,09	R\$ 1.142,32	R\$ 682,73	R\$ 400,56	
	janeiro/2000	R\$ 2.832,61	R\$ 1.695,97	R\$ 1.015,49	R\$ 1.381,41	R\$ 827,09	R\$ 495,20	
	janeiro/2002	R\$ 2.931,75	R\$ 1.755,33	R\$ 1.051,04	R\$ 1.429,75	R\$ 856,04	R\$ 512,54	
PCS II - Lei nº 10.475 - 2002	% reajuste	<b>122,12%</b>	<b>122,12%</b>	<b>122,11%</b>	<b>182,19%</b>	<b>182,19%</b>	<b>182,19%</b>	- Fim da sobreposição de tabelas entre os cargos (percentuais de reajustes maiores nos níveis iniciais da carreira); - GAJ congelada em 12%; - Reajuste concentrado no VB; - Impacto de R\$ 2,4 bilhões.
	junho/2002	R\$ 3.587,53	R\$ 2.147,96	R\$ 1.286,11	R\$ 1.932,71	R\$ 1.157,17	R\$ 923,44	
	janeiro/2003	R\$ 3.623,40	R\$ 2.169,44	R\$ 1.298,96	R\$ 1.952,04	R\$ 1.168,74	R\$ 932,68	
	junho/2003	R\$ 4.153,26	R\$ 2.486,69	R\$ 1.488,89	R\$ 2.358,42	R\$ 1.412,06	R\$ 1.016,24	
	janeiro/2004	R\$ 4.948,07	R\$ 2.962,56	R\$ 1.773,80	R\$ 2.968,00	R\$ 1.777,04	R\$ 1.141,60	
PCS II - Lei nº 10.944 - 2004	julho/2004	R\$ 5.301,50	R\$ 3.174,17	R\$ 1.900,50	R\$ 3.180,00	R\$ 1.903,97	R\$ 1.223,15	- GAJ majorada de 12% para 30%; - VB também reajustado; - Impacto de R\$ 800 milhões.
	janeiro/2005	R\$ 6.011,14	R\$ 3.599,05	R\$ 2.154,88	R\$ 3.724,27	R\$ 2.229,84	R\$ 1.335,08	
	novembro/2005	R\$ 6.512,06	R\$ 3.898,97	R\$ 2.334,45	R\$ 4.034,63	R\$ 2.415,66	R\$ 1.446,34	
PCS III - Lei nº 11.416 - 2006	% reajuste	<b>60,26%</b>	<b>63,14%</b>	<b>61,37%</b>	<b>62,38%</b>	<b>65,30%</b>	<b>37,46%</b>	- Instituição do Adicional de Qualificação (AQ); - Criação das Gratificações de Atividade Externa e de Segurança (GAE e GAS); - GAJ majorada de 30% para 50%; - VB também reajustado; - Impacto de R\$ 5,2 bilhões.
	junho/2006	R\$ 7.051,00	R\$ 4.236,58	R\$ 2.531,10	R\$ 4.379,93	R\$ 2.631,78	R\$ 1.522,19	
	dezembro/2006	R\$ 7.607,46	R\$ 4.585,36	R\$ 2.734,17	R\$ 4.736,61	R\$ 2.855,13	R\$ 1.599,96	
	junho/2007	R\$ 8.181,46	R\$ 4.945,31	R\$ 2.943,70	R\$ 5.104,65	R\$ 3.085,70	R\$ 1.679,63	
	dezembro/2007	R\$ 8.772,99	R\$ 5.316,42	R\$ 3.159,67	R\$ 5.484,08	R\$ 3.323,52	R\$ 1.761,23	
	junho/2008	R\$ 9.588,96	R\$ 5.828,64	R\$ 3.457,63	R\$ 6.007,70	R\$ 3.651,87	R\$ 1.873,00	
	dezembro/2008	R\$ 10.436,12	R\$ 6.360,71	R\$ 3.767,06	R\$ 6.551,52	R\$ 3.993,09	R\$ 1.988,19	
Lei nº 12.774 - 2012	% reajuste	<b>26,67%</b>	<b>26,67%</b>	<b>26,67%</b>	<b>34,38%</b>	<b>34,38%</b>	<b>38,32%</b>	- Redução da quantidade de níveis da carreira de 15 para 13; - GAJ majorada de 50% para 90%; - VB congelado; - Impacto de R\$ 3,3 bilhões.
	janeiro/2013	R\$ 11.271,00	R\$ 6.869,56	R\$ 4.068,42	R\$ 7.506,55	R\$ 4.575,16	R\$ 2.344,84	
	janeiro/2014	R\$ 12.189,38	R\$ 7.429,30	R\$ 4.399,92	R\$ 8.118,19	R\$ 4.947,95	R\$ 2.535,90	
	janeiro/2015	R\$ 13.219,08	R\$ 8.056,89	R\$ 4.771,60	R\$ 8.803,97	R\$ 5.365,92	R\$ 2.750,12	
Lei nº 13.317 - 2016	% reajuste	<b>41,47%</b>	<b>41,47%</b>	<b>41,47%</b>	<b>41,47%</b>	<b>41,47%</b>	<b>41,47%</b>	- GAJ majorada de 90% para 140%; - VB também reajustado; - Criação do AQ de Graduação para Técnico Judiciário; - Impacto de R\$ 6,6 bilhões.
	junho/2016	R\$ 13.911,69	R\$ 8.479,04	R\$ 5.021,61	R\$ 9.265,26	R\$ 5.647,06	R\$ 2.894,21	
	julho/2016	R\$ 14.618,91	R\$ 8.910,07	R\$ 5.276,89	R\$ 9.736,27	R\$ 5.934,16	R\$ 3.041,33	
	novembro/2016	R\$ 15.194,98	R\$ 9.261,18	R\$ 5.484,84	R\$ 10.119,93	R\$ 6.167,99	R\$ 3.161,18	
	junho/2017	R\$ 15.708,43	R\$ 9.574,14	R\$ 5.670,17	R\$ 10.461,90	R\$ 6.376,41	R\$ 3.268,02	
	novembro/2017	R\$ 16.526,63	R\$ 10.072,81	R\$ 5.965,52	R\$ 11.006,83	R\$ 6.708,53	R\$ 3.438,23	
	junho/2018	R\$ 16.902,00	R\$ 10.304,35	R\$ 6.102,63	R\$ 11.259,81	R\$ 6.862,73	R\$ 3.517,25	
	novembro/2018	R\$ 17.442,23	R\$ 10.630,85	R\$ 6.296,00	R\$ 11.616,61	R\$ 7.080,21	R\$ 3.628,71	
Lei nº 14.523 - 2023	% reajuste	<b>19,25%</b>	<b>19,25%</b>	<b>19,25%</b>	<b>19,25%</b>	<b>19,25%</b>	<b>19,25%</b>	- GAJ congelada em 140%; - Reajuste concentrado no VB; - Impacto de R\$ 1,7 bilhões (1ª parcela).
	fevereiro/2023	R\$ 19.823,61	R\$ 12.082,30	R\$ 7.155,59	R\$ 13.202,62	R\$ 8.046,85	R\$ 4.124,13	
	fevereiro/2024	R\$ 21.013,03	R\$ 12.807,23	R\$ 7.584,92	R\$ 13.994,78	R\$ 8.529,66	R\$ 4.371,58	
	fevereiro/2025	R\$ 22.301,13	R\$ 13.592,32	R\$ 8.049,88	R\$ 14.852,66	R\$ 9.052,53	R\$ 4.639,55	

# Perdas Salariais

Ano	IPCA	IPCA Acumulado	Reajuste	Diferença IPCA-Reajuste	Recomposição necessária
2019	4,31%	4,31%	0,00%	4,31%	4,31%
2020	4,52%	9,02%	0,00%	4,52%	9,02%
2021	10,06%	19,99%	0,00%	10,06%	19,99%
2022	5,79%	26,94%	0,00%	5,79%	26,94%
2023	4,62%	32,80%	6,00%	-1,38%	25,19%
2024	4,25%	38,45%	6,00%	-1,75%	23,00%
2025	3,93%	43,89%	6,13%	-2,20%	20,29%
2026	3,60%	49,07%	0,00%	3,60%	24,62%
2027	3,50%	54,29%	0,00%	3,50%	28,98%
2028	3,00%	58,92%	0,00%	3,00%	32,85%
2029	3,00%	63,68%	0,00%	3,00%	36,84%
2030	3,00%	68,59%	0,00%	3,00%	<b>40,94%</b>

# Reestruturação da Carreira do PJU

**Art. 21. É nulo de pleno direito: (Redação dada pela LC nº 173/2020)**

IV - a aprovação, a edição ou a sanção, por Chefe do Poder Executivo, por Presidente e demais membros da Mesa ou órgão decisório equivalente do Poder Legislativo, por Presidente de Tribunal do Poder Judiciário e pelo Chefe do Ministério Público, da União e dos Estados, de norma legal contendo plano de alteração, reajuste e reestruturação de carreiras do setor público, ou a edição de ato, por esses agentes, para nomeação de aprovados em concurso público, quando:

- a) resultar em **aumento da despesa com pessoal nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores ao final do mandato do titular do Poder Executivo**; ou
- b) resultar em aumento da despesa com pessoal que **preveja parcelas a serem implementadas em períodos posteriores ao final do mandato do titular do Poder Executivo**.

# Reestruturação da Carreira do PJU

**ANTEPROJETO DA FENAJUFE:** Segundo o Fórum de Carreiras do CNJ, é o projeto base para qualquer debate acerca da reestruturação da carreira do PJU.

**Novo PCS somente poderá ser implementado a partir de 2027 e com parcelas até 2030, desde que o impacto financeiro conste na LOA de 2026, conforme o art. 21 da LRF.**

# Reestruturação da Carreira do PJU

## ANTEPROJETO DA FENAJUFE

### **Premissas/Diretrizes:**

- Reunião das principais demandas de todos os segmentos do PJU
- Atualização de atribuições/competências dos cargos/especialidades
- Equivalência da remuneração dos Analistas Judiciários com o Ciclo de Gestão
- Redução significativa da diferença salarial entre Analistas/Técnicos/Auxiliares Judiciários (100/85/70)
- Melhoria dos percentuais de AQs/AQTs
- Manutenção de 13 padrões funcionais (desnecessidade de reenquadramento de aposentados)

# Analista PJU x Ciclo de Gestão: Fosso Salarial

	ÓRGÃO	Carreiras de Nível Superior do Executivo	Nº de níveis	Modelo Remuneratório	Inicial	Final
PODER EXECUTIVO	ANA	Carreira de Especialista em Geoprocessamento - Cargo: Especialista em Geoprocessamento - ANA; Carreira de Especialista em Recursos Hídricos e Saneamento Básico - Cargo: Especialista em Recursos Hídricos e Saneamento Básico - ANA Especialista em Geoprocessamento; Carreira de Analista Administrativo - Cargo: Analista Administrativo (ANA - ANAC - ANCINE - ANEEL - ANS - ANP - ANATEL - ANTAQ - ANTT - ANVIS)	20 níveis	subsídio	R\$ 17.726,42	R\$ 29.119,71
	ANAC	Carreira de Regulação e Fiscalização de Aviação Civil - Especialista em Regulação de Aviação Civil - ANAC	20 níveis	subsídio	R\$ 17.726,42	R\$ 29.119,71
	ANATEL	Carreira de Regulação e Fiscalização de Serviços Públicos e Telecomunicações - Cargo: Especialista em Regulação de Serviços Públicos de Telecomunicações - ANATEL	20 níveis	subsídio	R\$ 17.726,42	R\$ 29.119,71
	ANCINE	Carreira de Regulação e Fiscalização da Atividade Cinematográfica e Audiovisual - Cargo: Especialista em Regulação da Atividade Cinematográfica e Audiovisual - ANCINE	20 níveis	subsídio	R\$ 17.726,42	R\$ 29.119,71
	ANEEL	Carreira de Regulação e Fiscalização de Recursos Energéticos - Cargo: Especialista em Regulação de Serviços Públicos de Energia - ANEEL	20 níveis	subsídio	R\$ 17.726,42	R\$ 29.119,71
	ANP	Carreira de Especialista em Geologia e Geofísica do Petróleo e Gás Natural - Cargo: Especialista em Geologia e Geofísica do Petróleo e Gás Natural - ANP -	20 níveis	subsídio	R\$ 17.726,42	R\$ 29.119,71
	ANS	Carreira de Regulação e Fiscalização de Saúde Suplementar - Cargo: Especialista em Regulação de Saúde Suplementar - ANS	20 níveis	subsídio	R\$ 17.726,42	R\$ 29.119,71
	ANTAQ	Carreira de Regulação e Fiscalização de Serviços de Transportes Aquaviários - Cargo: Especialista em Regulação de Serviços de Transportes Aquaviários - ANTAQ	20 níveis	subsídio	R\$ 17.726,42	R\$ 29.119,71
	ANTT	Carreira de Regulação e Fiscalização de Serviços de Transportes Terrestres - Cargo: Especialista em Regulação de Serviços de Transportes Terrestres - ANTT	20 níveis	subsídio	R\$ 17.726,42	R\$ 29.119,71
	ANVISA	Carreira de Regulação e Fiscalização de Locais, Produtos e Serviços sob Vigilância Sanitária - ANVISA	20 níveis	subsídio	R\$ 17.726,42	R\$ 29.119,71
	BACEN	Auditor do Banco Central - BACEN	20 níveis	subsídio	R\$ 20.000,00	R\$ 36.694,00
	CVM	Analista e Inspetor da CVM	20 níveis	subsídio	R\$ 20.000,00	R\$ 36.694,00
	Grupo de Gestão	Carreiras de Gestão Governamental - Cargo: Analista de Comércio Exterior (Carreira de Analista de Comércio Exterior); Auditor Federal de Finanças e Controle (Carreira de Finanças e Controle); Analista de Planejamento e Orçamento (Carreira de Planejamento e Orçamento); Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental (Carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental)	20 níveis	subsídio	R\$ 20.000,00	R\$ 36.694,00
	IPEA	Carreira de planejamento e Pesquisa - Cargo: Técnico de Planejamento e Pesquisa do IPEA	20 níveis	subsídio	R\$ 20.000,00	R\$ 36.694,00
	MAPA	Carreira de Auditor Fiscal Federal Agropecuário - Cargo: Auditor Fiscal Federal Agropecuário	20 níveis	subsídio	R\$ 14.500,00	R\$ 27.318,42
Receita Federal do Brasil	Carreira Tributária e Aduaneira da Receita Federal do Brasil - Cargo: Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil	9 níveis	VB+Bonus	R\$ 22.921,71	R\$ 41.260,95	
SUSEP	Carreira de Analista Técnico da SUSEP	20 níveis	subsídio	R\$ 20.000,00	R\$ 36.694,00	
PODER LEGISLATIVO	Senado	Analista Legislativo	10 níveis	VB+GAL+GR+GD (60%)	R\$ 30.597,27	R\$ 34.716,19
	Câmara	Analista Legislativo	10 níveis	VB+GR+GAL+VPI	R\$ 29.462,78	R\$ 37.594,45
	TCU	Auditor	13 níveis	VB+GD+GCE+Abono	R\$ 26.159,01	R\$ 37.465,00
PODER JUDICIÁRIO	PJU	Analista Judiciário	13 níveis	VB + GAJ	R\$ 14.852,66	R\$ 22.301,14

<b>CARGO</b>	<b>PADRÃO FUNCIONAL</b>	<b>VB + GAJ</b>
	<b>C13</b>	<b>32.418,81</b>
	<b>C12</b>	<b>31.767,57</b>
	<b>C11</b>	<b>31.129,41</b>
	<b>B10</b>	<b>30.504,09</b>
	<b>B9</b>	<b>29.891,32</b>
	<b>B8</b>	<b>29.290,84</b>
<b>ANALISTA</b>	<b>B7</b>	<b>28.702,46</b>
<b>JUDICIÁRIO</b>	<b>B6</b>	<b>28.125,86</b>
	<b>A5</b>	<b>27.560,88</b>
	<b>A4</b>	<b>26.994,00</b>
	<b>A3</b>	<b>26.438,78</b>
	<b>A2</b>	<b>25.894,99</b>
	<b>A1</b>	<b>25.362,38</b>

<b>CARGO</b>	<b>PADRÃO FUNCIONAL</b>	<b>VB + GAJ + GAE</b>
	<b>C13</b>	<b>37.146,55</b>
	<b>C12</b>	<b>36.400,34</b>
	<b>C11</b>	<b>35.669,11</b>
	<b>B10</b>	<b>34.952,60</b>
	<b>B9</b>	<b>34.250,47</b>
	<b>B8</b>	<b>33.562,42</b>
<b>OFICIAL DE</b>	<b>B7</b>	<b>32.888,23</b>
<b>JUSTIÇA</b>	<b>B6</b>	<b>32.227,54</b>
	<b>A5</b>	<b>31.580,17</b>
	<b>A4</b>	<b>30.930,62</b>
	<b>A3</b>	<b>30.294,43</b>
	<b>A2</b>	<b>29.671,34</b>
	<b>A1</b>	<b>29.061,06</b>

<b>CARGO</b>	<b>PADRÃO FUNCIONAL</b>	<b>VB + GAJ</b>
	<b>C13</b>	<b>27.560,88</b>
	<b>C12</b>	<b>26.994,00</b>
	<b>C11</b>	<b>26.438,78</b>
	<b>B10</b>	<b>25.894,99</b>
	<b>B9</b>	<b>25.362,38</b>
	<b>B8</b>	<b>24.840,72</b>
<b>TÉCNICO</b>	<b>B7</b>	<b>24.329,80</b>
<b>JUDICIÁRIO</b>	<b>B6</b>	<b>23.829,38</b>
	<b>A5</b>	<b>23.339,25</b>
	<b>A4</b>	<b>22.463,18</b>
	<b>A3</b>	<b>21.619,99</b>
	<b>A2</b>	<b>20.808,48</b>
	<b>A1</b>	<b>20.027,40</b>

# Adicionais de Qualificação e Ações de Treinamento

- CUMULATIVIDADE (limite de 30%)
- BASE DE CÁLCULO: VB do Analista C13

O que foi aprovado pelo Fórum de Carreira do CNJ:

**LIMITE MÁXIMO DE 30% (cumulativo), sendo:**

20% para doutorado (máximo de um curso);

15% para mestrado (máximo de dois cursos);

10% para pós-graduação lato-sensu (máximo de três cursos);

7,5% para a segunda graduação (máximo de um curso);

2% para certificação profissional ou para o servidor que possuir conjunto de ações de treinamento que totalize ao menos 120 horas, observado o limite de 6%, que será incorporado aos proventos da aposentadoria.

**BASE DE CÁLCULO COMUM PARA TODOS OS CARGOS**

# Cenário Fiscal para 2026

**Orçamento de 2025:** 59,9 BI

**Margem de Crescimento no Orçamento de 2026:** 4,19 BI  
(IPCA + 2,5%)

**Percentual do Gasto com Pessoal (76,9%):** 3,22 BI (incluindo o crescimento vegetativo da folha)

**Verba disponível para Reajuste:** 2,5 BI (excluindo o crescimento vegetativo da folha) - aproximadamente

**Possibilidade:** o maior reajuste possível a partir de junho/2026 - vedação de concessão de reajuste no prazo de 180 dias até o término do mandato

# Cenário Fiscal para 2027/2030

**Margem de Crescimento nos Orçamentos de 2027/2030: 4,3 BI por ano (projeção)**

**Verba disponível para Reajuste: 2,6 BI (aproximadamente)**

## **Objetivos:**

- Implementação do PCS (2027/2030)
- Redução da diferença salarial entre Técnicos e Analistas Judiciários com Sobreposição
- Aproximação dos Analistas Judiciários com o Ciclo de Gestão

# Modelos de Remuneração

## A) VB + GAJ (forma de remuneração atual)

### Características:

- Modelo de remuneração mais caro (alta base de incidência)
- Todas as parcelas salariais incidem sobre o VB, razão pela qual um reajuste concentrado no VB custa em torno de 12/15% a mais do que um reajuste concentrado na GAJ, para um mesmo valor de tabela.

# Modelos de Remuneração

## B) SUBSÍDIO (modelo do Ciclo de Gestão)

Características:

- Favorece a paridade com aqueles que ingressaram no serviço público até 31/12/2003.
- Reduz as distorções salariais
- Absorve vantagens pessoais e rubricas indiretas (AQ, AQT, quintos, anuênios, GAE e GAS)
- Promove reajuste diferenciado, quando da sua implementação
- Gera pouca flexibilidade orçamentária

# Modelos de Remuneração

## C) Gratificação de Desempenho

Características:

- Atrela parte da remuneração a métricas de desempenho institucional (metas do CNJ) ou individual do servidor (meritocracia)
- Favorece a redução da disparidade salarial entre Técnicos e Analistas
- Quebra da paridade com aposentados



**PRECISAMOS ESTAR UNIDOS! A DIVISÃO SÓ  
FAVORECE AQUELES QUE QUEREM NOS  
DESTRUIR!**

Faça como o velho marinheiro

Que durante o nevoeiro

Leva o barco devagar

(Argumento, Paulinho da Viola)